

POR QUE OS PROFESSORES E OUTROS SERVIDORES PÚBLICOS ESTÃO EM GREVE?

O governo Rodrigo Rollemberg não está cumprindo as leis e nem reajustando os salários que os servidores estão aguardando há dois anos nos seus contracheques

Você já fez um trabalho, combinou o preço direitinho, entregou o produto no prazo e com qualidade, mas na hora de receber o pagamento levou o calote? Pois é. É exatamente isso que está acontecendo com os professores e outros servidores públicos do Governo Distrito Federal (GDF).

O governo Rodrigo Rollemberg simplesmente deu o cano no funcionalismo público. Deixou de pagar um reajuste que está previsto em lei e diz que não tem nem previsão para efetuar esse pagamento.

Já pensou se isso acontecesse com você? É muito fácil dizer que não há dinheiro para fazer o pagamento e deixar por isso mesmo. O fato é que todos nós somos trabalhadores e dependemos daquilo que recebemos para viver, ou seja, programar a nossa vida, pagar contas, comprar comida, honrar dívidas.

Na verdade, foi o próprio governo que empurrou os servidores para a greve. E não é só isso. O governo Rollemberg preparou um pacote de medidas que mexe com todos nós. Mexe no bolso de toda a população de Brasília com medidas que aumentam os impostos e diminuem os serviços públicos.

Vale lembrar que a principal função do pagamento de impostos é assegurar a oferta de serviços públicos de qualidade, sobretudo aqueles que são considerados direitos sociais, como educação, saúde, seguridade social (previdência), cultura, segurança, transporte e outros que estão no artigo 5º e 6º da Constituição Federal.

Os efeitos negativos das medidas do pacote do governador Rollemberg já estão aí para quem quiser ver. As refeições nos restaurantes comunitários aumentaram três vezes o valor. Um absurdo! O preço das passagens de ônibus também aumentou, entre outras. Sobrou até para a entrada no Jardim Zoológico, que teve seu preço aumentado.

A greve dos professores (as) e outros (as) servidores (as) públicos (as) é para evitar o calote e também para barrar esses outros absurdos que o governo está fazendo com a sociedade.



ENQUANTO ISSO NO GUARÁ...





VEJA AS MEDIDAS DO PACOTAÇÃO DO GOVERNO QUE VÃO AFETAR A SUA VIDA

- PLC 30/2015, já aprovado na CLDF, autoriza o uso de parte dos recursos financeiros do Iprev para pagar aposentadorias de outro sistema de previdência, pondo em risco futuras aposentadorias do Iprev.

- Aumento da passagem de transportes coletivos (aumento médio de 40%).

- Aumento da refeição nos restaurantes populares (aumento de 200%).

- Elevação do valor do ingresso no Jardim Zoológico (aumento de 400%).

- Emenda Constitucional nº 87/2015 adequa a legislação do DF à PEC do Comércio Eletrônico, fixa novas regras e aumenta a taxa do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) em vendas pela internet e por telefone.

- O ICMS sobre TV por assinatura passa de 10% para 15%, um aumento de 50%.

- Aumento do ICMS sobre bebida e cigarro (de 25% para 29%).

- PLC 650/2015 aumenta as alíquotas de forma progressiva do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD).

- Com o PL 653/2015, o governador tentou mexer nas alíquotas do IPTU e propôs a "atualização" da pauta de valores venais (valor de venda) de cada imóvel, usado no cálculo do imposto – em 10 pontos percentuais acima da inflação. Com isso, o IPTU ficará até 19% mais caro em 2016. Mas foi vencido na Câmara Legislativa.

- Com o PL 649/2015, tentou criar uma "tarifa extra de limpeza pública" para imóveis não residenciais que ultrapassem um limite a ser determinado na produção de lixo. O valor seria cobrado simultaneamente à Taxa de Limpeza Pública (TLP), que varia de acordo com a região administrativa. Essa tentativa também foi derrubada pelos distritais.

- O PL 650/2015 trata do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis (ITCD), ou "imposto da herança". Em vez da taxa única atual, fixada em 4%, o governo Rollemberg propõe uma alíquota progressiva de 3% a 8%, baseada no valor herdado. Transmissões abaixo de R\$ 50 mil pagariam a taxa mínima, e acima de R\$ 400 mil, a taxa máxima.

- O PL 651/2015 também mexe na cobrança do ICMS. O texto permite que o DF cobre a "diferença de imposto" nos produtos que chegam à capital a partir de outros estados em que o ICMS é menor.

- Outra taxa derrubada pelos distritais foi o aumento da taxa de luz. O governador queria aprovar o PL 623/215, que reajustaria a taxa de iluminação pública (CIP) em 32,5%. Se tivesse sido aprovada, a taxa incidiria todos os meses na conta de luz e variaria de acordo com a faixa de consumo.

